



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA  
ASSESSORIA DE INCLUSÃO SOCIAL**

**NÚCLEO DE EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE NA AMAZÔNIA - NEDAM**

**Belém/PA  
Maio/2018**

**REITOR**

Marcel do Nascimento Botelho.

**VICE-REITORA**

Janae Gonçalves

**PRÓ-REITORIAS**

**PRÓ-REITORIA DE ENSINO (PROEN)**

Ruth Helena Falesi P. de M. Bittencourt

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA (PROPED)**

Maria de Nazaré Martins Maciel

**PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO (PROEX)**

Eduardo do Valle Lima

**PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS (PROAES)**

Iris Lettiere Rezende

**PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL  
(PROPLADI)**

Silvana Rossy de Brito

**PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS (PROAF)**

Marcelo Robson Silva Vilela

**PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS (PROGEP)**

Saulo Luis Pereira Wanzeler

**COMISSÃO DE ELABORAÇÃO**

Ana Lídia Cardoso do Nascimento  
Flávia Luciana Guimarães Marçal Pantoja Araújo  
Marcelo Spitzner  
Ruth Helena Cristo Almeida  
Tatiana do Socorro Corrêa Pacheco

**COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS**

Tatiana do Socorro Corrêa Pacheco  
Assessora de Inclusão Social/UFRA

**COLABORADORES**

Silvana Rossy de Brito

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA Av. Tancredo Neves, 2501  
Caixa Postal, 917  
CEP 66.077-530 Belém – Pará – Brasil  
Fone (91) 99203-9281 <http://www.ufra.edu.br>

## APRESENTAÇÃO

A conjuntura do mundo global no que se refere a discussão da consideração e respeito as diversidades em suas várias dimensões, indica que essa não se constitui em uma tarefa fácil e tranquila de ser implementada no atual contexto. Muitas foram as conquistas e avanços que se teve, na metade do século XX e nas primeiras décadas do XXI, quanto ao acesso de parcela considerável da população, em geral segmentos sociais aos quais foram negados direitos a bens sociais, a educação básica e superior, a serviços de saúde de qualidade, a habitação digna, ao saneamento básico, a direitos de identidade pessoal ou coletivo, o respeito as diferenças, sejam físicas como ideológicas, religiosas, sexuais, dentre outros.

No entanto, ao que parece houve nos últimos anos um retrocesso quanto a conquista de direitos, onde se identifica a compreensão de que a diversidade e as diferenças estão fora dos mecanismos de funcionamento da sociedade, por meio da desconsideração e invisibilização às mesmas. Um dos motivos se deve a eleição de governos considerados com forte tendência conservadora ou neo-conservadora, enclausurados numa visão de mundo carregada de preconceito em relação a população economicamente desfavorecida e as pessoas que fogem do padrão considerado “normal” ou “adequados” ao mundo social.

Nesse sentido, as políticas públicas voltam a se sustentar em textos e proposições que direcionam para a discriminação de grupos sociais, de intolerância frente a diversidade, e com isso se gera uma cultura de violência, em detrimento de uma cultura de paz. E as instituições de ensino superior tem a responsabilidade institucional, social e ética de se contraporem a uma posição conservadora e proporem políticas no sentido de combater-las e enfrenta-las visando uma sociedade mais justa e humana onde todos possam ter direitos a vida e a se sentirem respeitados pela sua condição ou opção humana.

No interior desse contexto é que surge a proposição de construção de um Núcleo que se coloca como espaço de discussões, debates, instituição e operacionalização de políticas públicas na Universidade Federal Rural da Amazônia, a qual convive na sua história com o tradicionalismo resultante do Instituto Agrônomo do Pará, e, posteriormente, da Faculdade de Ciências Agrárias e quando transformada em universidade passa a criar e absorver cursos que divergem da sua tradição. E conseqüentemente passa a ter no seu corpo docente profissionais de várias áreas e de diversos estados brasileiros e até estrangeiros. Essa realidade por si só já a torna uma universidade diversa e com amplas possibilidades de diálogos interdisciplinares, multidisciplinares ou pluridisciplinares. Entretanto, nem sempre isso acontece, em algumas

situações sim, em outras não, embora o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), e as propostas pedagógicas de todos os seus cursos indique para o trabalho interdisciplinar.

A interdisciplinaridade é um dos grandes desafios da educação. Muito são os entraves e problemas para sua operacionalização. Dentre eles, e provavelmente um dos maiores é a compreensão pelo professor da importância do trabalho interdisciplinar para o avanço da produção do conhecimento e no trabalho junto aos discentes. Oportunizando a eles a compreensão do conhecimento no seu conjunto, na sua totalidade e sobretudo, permitindo visualizar a interação entre as diversas áreas.

O Núcleo que objetiva trabalhar com a diversidade em várias dimensões deve ir em busca do desenho que congrega essa diversidade. A diversidade entendida como a inserção e interação com os sujeitos diferentes, mas iguais na sua diferença, com os setores no interior da instituição para congregar uma única filosofia e princípio, e com os sujeitos que estão fora da universidade, mas que comungam, trocam e dialogam com seus conhecimentos.

A compreensão da diversidade não está vinculada a um único grupo social, mas a todos os sujeitos que muitas vezes se sentem alijados e excluídos por serem “diferentes”. Assim, cabe a pessoa com deficiência, o agricultor familiar, o produtor rural, o pecuarista, o ribeirinho, a população quilombola, o povo de santo, praticantes da religião afro-brasileira, o homossexual, o transexual, discentes com necessidade de nivelamento, o docente que não consegue desenvolver uma boa aula devido não ter tido a experiência do magistério, discentes cotistas, a discussão sobre a sexualidade, o problema do assédio e oportunizar mecanismos de abertura para quem passe por isso denunciar. Enfim, esses são alguns dos sujeitos que se objetiva trabalhar dentro de um programa com esse caráter. Provavelmente aparecerão outros, uma vez que a pluralidade da capacidade humana é ampla e capaz de vôos incansáveis. Os seres humanos são potencialmente criadores, basta apenas terem clareza e conhecimento do potencial de conhecimento e que sozinho dificilmente poderá conseguir ir mais longe, a convivência e o olhar para o outro é essencial e fundamental na caminhada, e tendo como referência o bem comum da instituição, consequentemente todos se beneficiarão.

Dessa maneira, é válido trazer Rayo (1998), ao tratar de direitos humanos como fundamento da convivência social por se adequar a proposição do programa.

Conviver é, principalmente, viver em comunidade, estabelecendo pautas e normas que favoreçam a ajuda, a segurança, a colaboração e a cooperação necessárias para, em primeiro lugar, satisfazer as necessidades humanas básicas através do trabalho e da divisão equitativa de bens; e, em segundo lugar, para resolver de forma eficaz os conflitos das relações que se produzem no seio da comunidade. As necessidades humanas e suas satisfações estão na

base desse conjunto de pautas e de normas, visto que da dialética entre as necessidades sentidas e a colocação em prática de nossas capacidades se constrói o mundo dos valores. Valores que são socialmente aceitáveis quando surgem da generalização social de determinados grupos de necessidades, transformando-se, por conseguinte, em preferências sociais compartilhadas por mais de um grupo ou sociedade (RAYO, 1998, P. 108).

E é com essa intencionalidade que se constrói o Núcleo de Diversidade da UFRA visando estreitar as relações humanas, institucionais, culturais e sociais na constituição de uma convivência mais humana, igualitária, respeitosa e caminhando para a aceitação e respeito as diferenças.

A UFRA como instituição Federal de Ensino Superior vem reafirmando a sua responsabilidade social de promover ações que a torne uma instituição mais justa, democrática e plural. Dessa forma no ano de 2017, a assessoria de inclusão social foi criada com a perspectiva de auxiliar na proposição de políticas e práticas que visem a promoção da igualdade de gênero, étnico-racial, religiosa, cultural, de acesso, permanência e êxito no ensino superior. É nesta perspectiva que a Assessoria de Inclusão Social em parceria com um grupo de professores da instituição apresenta a proposta de criação do **Núcleo de educação e diversidade na Amazônia**, com o intuito de realizar estudos e práticas que contribuam para a redução e eliminação das desigualdades, da intolerância, do desrespeito, da discriminação e de todas as formas de preconceito em nossa instituição e conseqüentemente em nossa sociedade.

O Núcleo de Educação e diversidade na Amazônia, será um órgão vinculado a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e atuará de forma transversal no ensino, na pesquisa e na extensão, auxiliando e desenvolvendo ações voltadas para a fortalecimento e promoção dos valores democráticos de cidadania e dignidade da pessoa humana conforme previsto pela constituição federal. Sua implantação reflete os esforços institucionais em realizar procedimentos que visem a ampliação de políticas e mecanismos de inclusão e que promovam a diminuição das desigualdades e discriminações existentes em nossa instituição e na sociedade. Terá também, o papel de agregar práticas que se encontram isoladas e dispersas na instituição e compor um quadro de ações e estudos mais orgânico e que sirva de referencial para a comunidade acadêmica.

Nosso cenário social e institucional aponta para um espaço plural que necessita de uma estrutura organizacional que concentre e promova ações, estudos e pesquisas voltados para a promoção e valorização da diversidade humana e para desconstrução e reflexões de todas as formas de preconceitos, exclusões e discriminações em nossa sociedade. É com esta finalidade que o Núcleo concentrará esforços na construção de pesquisas e ações que contribuam para a

promoção de um espaço inclusivo, de respeito e valorização das diferenças e da diversidade humana. Pois, nosso país e nosso sistema educacional abarcam uma trajetória histórica de padronização, homogeneização e segregação de grupos que foram discriminados por diversas questões históricas, sociais e culturais, tais como, as étnico-racial, de gênero, sexualidade, etárias, dentre outras.

Ressaltamos que a criação do Núcleo está respaldada na proposta do programa de trabalho da Gestão Transformadora que tem como um de seus pilares o compromisso com a inclusão social. Sua proposta também está assentada nas políticas afirmativas fomentadas pelo Ministério da Educação, com as diretrizes do Plano Nacional de Educação (2014-2024), com o Planejamento Estratégico da UFRA (2014-2024), e, também, está alinhada com os apontamentos que a comunidade internacional fez para as universidades brasileiras através do recente relatório apresentado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (United Nations, 2017), onde os países membros da ONU fazem recomendações ao governo brasileiro, e apontam o importante papel que as Universidades, principalmente as públicas, desempenham nas ações de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos.

Destacamos também que essa proposta está assentada nos objetivos de desenvolvimento sustentável/ODS, que destaca em sua declaração a construção de um mundo:

De respeito universal dos direitos humanos e da dignidade humana, do Estado de Direito, da justiça, da igualdade e da não discriminação; do respeito pela raça, etnia e diversidade cultural; e da igualdade de oportunidades que permita a plena realização do potencial humano e contribua para a prosperidade compartilhada. Um mundo que investe em suas crianças e em que cada criança cresce livre da violência e da exploração. Um mundo em que cada mulher e menina desfruta da plena igualdade de gênero e no qual todos os entraves jurídicos, sociais e econômicos para seu empoderamento foram removidos. Um mundo justo, equitativo, tolerante, aberto e socialmente inclusivo em que sejam atendidas as necessidades das pessoas mais vulneráveis (ONU, 2015, p.04).

## **JUSTIFICATIVA**

Iniciamos nossas palavras destacando um dos objetivos fundamentais da sociedade brasileira presente na Constituição Federal/1988, que é o de *promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação*. O objetivo presente em nossa carta magna suscita reflexões sobre o nosso processo de formação e constituição como nação, pois, esse processo aponta para uma sociedade que se construiu com os referenciais da colonização europeia, como país branco e cristão, negando as influências

culturais indígenas e africanas em nossa sociedade. Nos faz refletir também sobre a forte influência europeia nas desigualdades de gênero, nos papéis e funções atribuídas aos sexos, e, também, nos faz refletir sobre todas as formas de exclusões e discriminações presentes em nossa sociedade que impossibilitam a concretização do objetivo fundamental almejado.

Vivemos um momento histórico de luta pela garantia de direitos de diferentes grupos sociais, um momento marcado por um passado excludente, mas que aponta para as possibilidades futuras, para o que pode ser modificado na universidade e nos diversos espaços de circulação social.

Evidenciar as diferenças, ressaltar a diversidade, visibilizar a existência de outros sujeitos que historicamente não foram evidenciados, questionar a indiferença, romper com a ordem harmônica, estável e homogênea de constituição da sociedade, desestabilizar verdades para a construção de novos sentidos e novos olhares e outras práticas e relações com os grupos sociais que foram alijados de seus direitos de acesso e permanência nos espaços sociais, por suas diferenças de gênero, etárias, sexuais, étnicas, culturais, são questões presentes e fundamentais que necessitam ser problematizadas em nosso espaço institucional de maneira mais efetiva, com a finalidade de contribuir com a eliminação de todas as formas de discriminação social, e para que se construa um espaço universitário que produza uma educação para as diferenças, pois, “[...] o outro da educação foi sempre um outro que deveria ser anulado, apagado [...]” (SKLIAR, 2003, p.41).

As últimas décadas do século XX e as primeiras do século XXI configuraram-se com um processo de conquistas de leis, regulamentos, resoluções, pela garantia dos direitos de diferentes grupos sociais. Rodrigues e Abramowicz (2013), informam que as questões sobre diferença e diversidade passaram a ganhar notoriedade nas políticas públicas educacionais brasileiras a partir da década de 1990, “[...] motivada pela pressão internacional de cumprimento dos acordos internacionais de combate às desigualdades raciais, de gênero e outras, bem como por um contexto interno de intensas reivindicações [...]” (RODRIGUES e ABRAMOWICZ, 2013, P. 25).

Porém, leis e regulamentos são considerados apenas o início de um processo que envolve a construção de novos olhares, novas relações, novos discursos, ou seja, um processo de reconstrução e reinterpretação do outro, de visibilidade e reconhecimento dos grupos socialmente excluídos. Um processo em que o fazer docente, e os diferentes espaços de educação formal, estiveram pautados numa organização e num acesso que preconizou a homogeneização, a padronização e a uniformização dos sujeitos, “[...] produzir diferenças



torna-se, portanto, um desafio para as práticas educacionais, uma vez que delas se exige um posicionamento teórico diferente [...]” (ABRAMOWICZ e LEVCOVITZ, 2005, P.77).

A inclusão social exige-nos que os processos de socialização sejam valorizados na universidade, exige-nos a escuta do outro, pois, aponta para a construção de novas relações, novos significados, novos sentidos discursivos. Faz-nos lembrar que por mais que se suponha, que tudo já foi pensado, dito e planejado, para a construção de uma sociedade em que os sujeitos possam viver com as suas diferenças, ainda não o foi.

Conhecemos alguns registros históricos do que foi feito com as diferenças na cultura ocidental, do que fizeram com a cultura africana e indígena, com as mulheres, com as crianças, com as pessoas com deficiência, com a população do campo, com as classes populares, com os homossexuais, com os transexuais, e, tantos outros que em função de suas especificidades étnico-racial, religiosa, dentre outras, foram alijados de seus direitos sociais. Como transformar? Como construir novos olhares sobre o outro? Sobre a presença do outro no espaço escolar? “[...] como driblar os sentidos impostos, os lugares prévios?” (ABRAMOWICZ, RODRIGUES e CRUZ, 2011, p.95).

A universidade por meio de políticas de inclusão social pode introduzir novos modos de participação cultural, pode problematizar e refletir sobre a organização social, sobre diversidade e direitos humanos, pode vislumbrar novos modos de inserção e participação coletiva. E é com esse intuito que o Núcleo da diversidade se coloca como um espaço de possibilidades reflexivas e que contribua como nos lembra Santos (2005), para a compreensão e construção de uma universidade diversa e plural que prepara os seus alunos para trabalharem num país diverso e plural.

Abramowicz (2005) alerta que devemos evidenciar, produzir as diferenças e não negá-las, não devemos continuar fazendo o que a cultura ocidental fez, e o que a nossas instituições educativas fizeram com as diferenças, homogeneizando os sujeitos para excluir as diferenças. A autora fala do quanto não sabemos lidar com as diferenças, não suportamos as diferenças.

O que a nossa cultura faz com o louco, com o deficiente, com o portador de qualquer diferença? O que parece que nossa cultura realiza é o desejo que desapareçam da nossa frente, não suportamos a estranheza, o outro, o estrangeiro, a alteridade radical. Quais espaços sociais nos quais estão presentes essas crianças e esses jovens? Onde eles estão? Onde os vemos? O que propomos para eles? Quais deles fazem parte das nossas vidas? (ABRAMOWICZ, 2001, p.05).

Nesse diálogo que justifica a criação do Núcleo da diversidade ressaltamos que compreendemos com base em Michel Foucault que o papel da universidade é, também, o de

questionar os sistemas de verdades construídos sobre o mundo, os mecanismos de poder acionados pela modernidade ocidental para exclusão e normalização da sociedade, mecanismos que tiveram com base modelos e padrões de sujeitos que orientaram as práticas de exclusão social.

Ora, é sob essa forma que se descreve, e a meu ver ainda hoje, a maneira como o poder se escreve sobre os loucos, sobre os doentes, sobre os criminosos, sobre os desviantes, sobre as crianças, sobre os pobres. Descrevem-se em geral os efeitos e os mecanismos de poder que se exercem sobre eles como mecanismos e efeitos de exclusão, de desqualificação, de exílio, de rejeição, de privação, de recusa, de desconhecimento; ou seja, todo o arsenal dos conceitos e mecanismos negativos da exclusão (FOUCAULT, 2010, p.37 e 38).

Os mecanismos de poder e do sonho de uma sociedade pura e harmônica, promoveram a exclusão e o alijamento dos direitos sociais de muitos grupos e categorias de sujeitos que foram destacados nessa escritura. Por isso, reafirmamos que devemos ampliar o debate, as reflexões e as políticas institucionais para alunos negros, indígenas, quilombolas, PCD's, e, também, precisamos pensar projetos e programas voltados para grupos LGBT, mulheres, crianças, trabalhadores rurais, para a prática do respeito e a mudança de posturas discriminatórias a todos os grupos que foram excluídos de seus direitos sociais.

Não basta questionarmos o discurso e a prática homogeneizadora e promover por meio das políticas afirmativas o acesso. Devemos pensar formas de construir outros significados, contra o preconceito, contra o estigma, o estereótipo, contra o olhar que inferioriza, que discrimina, que exclui. Devemos ampliar o debate e as discussões internas sobre cultura, raça, etnia, diversidade, diferença, multiculturalismo, interculturalismo, dialogar com os movimentos sociais e ressaltar sempre a responsabilidade social da Universidade.

Encerramos com as palavras de Santos (2005),

A universidade não só participou na exclusão das raças e etnias ditas inferiores, como teorizou a sua inferioridade. As tarefas da democratização do acesso, são exigentes porque questionam a universidade no seu todo, não só a quem frequenta, como também, os conhecimentos que são transmitidos a quem frequenta. (SANTOS, 2005, p.73)

E nesse cenário de busca pela consolidação de uma universidade cada vez mais democrática, acreditamos que um dos caminhos fundamentais é vincular cada vez mais a universidade à educação básica. Ainda Santos (2005) nos informa que o princípio a ser firmado é o compromisso da universidade com a escola pública, e o Núcleo poderá ampliar e fortalecer esse compromisso. Porém, a consciência de nossas necessidades não leva a uma ação transformadora – é preciso que a conscientização e problematização da realidade nos conduza

a uma vontade coletiva. É necessário pensar a universidade através de um projeto ético e político de formar o homem e mudar a sociedade.

### **OBJETIVO GERAL**

Realizar ações de ensino, pesquisa e extensão, para contribuir com a construção de uma ambiência no interior da UFRA, e em todos os seus campi por meio do fomento de estudos e práticas voltadas para o respeito e valorização da diversidade a partir da construção de uma política de respeito às diferenças, em prol de um espaço e de uma sociedade mais democrática, justa e plural.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Apresentação do Programa para os setores da UFRA e a comunidade acadêmica de todos os campi, seus objetivos e finalidades.
- Incentivar e apoiar a criação de Grupos de trabalho nos campi da UFRA das temáticas foco do Núcleo visando a constituição de uma política local para o respeito a diversidade.
- Dialogar com as pró-reitorias e outras instâncias da universidade no sentido da identificação de questões que possam compor o Núcleo visando seu fortalecimento.
- Realização de debates e diálogos com os sujeitos sociais sobre questões referentes a sua vivência e fazeres, sempre contrapondo posições diferentes agricultor familiar x produtor rural; pecuarista x agroecologista, por exemplo.
- Assegurar a discussão sobre a diversidade e respeito as diferenças nos PPCs e nas discussões de formação docente continuada.
- Debates sobre a questão da sexualidade, gênero e assédio.
- Fomentar e auxiliar na construção de políticas institucionais de inclusão de grupos que foram excluídos sócio historicamente do ensino superior;
- Trazer para dentro da universidade de forma mais efetiva, orgânica e sistemática, discussões, estudos e pesquisas sobre diversidade;
- Fomentar a pesquisa e a produção do conhecimento nas temáticas foco dos grupos de trabalho do Núcleo;
- Compartilhar saberes e divulgar a tradição da cultura negra e indígena, dentre outros, em prol da valorização e respeito étnico-racial;

- Realizar parcerias com a Educação básica para o desenvolvimento de estudos e ações das temáticas foco do Núcleo contribuindo para a construção de uma escola mais inclusiva;
- Propor a oferta de disciplinas eletivas sobre as temáticas abordadas no Núcleo para a disseminação de conhecimentos que contribuam para a construção de uma sociedade mais justa e humanitária;
- Realizar e apoiar ações de ensino, pesquisa e extensão que visem a discussão de temáticas da diversidade, para a construção de um espaço dialógico, democrático de respeito e de valorização das diferenças;
- Sensibilizar a comunidade acadêmica por meio de ações que contribuam para a redução e eliminação das desigualdades, da intolerância, do desrespeito, da discriminação e de todas as formas de preconceito na UFRA e conseqüentemente em nossa sociedade.
- Realizar estudos, eventos e cursos sobre educação para a diversidade humana.
- Promover diálogo e parcerias com movimentos sociais envolvidos com a defesa dos direitos dos grupos foco das temáticas do núcleo;
- Auxiliar as unidades acadêmicas para a ampliação das ações afirmativas já existentes na instituição;
- Promover ações de sensibilização, debates e conscientização da comunidade acadêmica quanto ao uso do nome social;
- Promover campanhas de afirmação do respeito as diferenças e a diversidade;
- Construir e executar em articulação com as pró-reitorias e demais unidades acadêmicas e administrativas, políticas institucionais para a eliminação de todas as formas de violência, racismo, homofobia, preconceito de gênero e outras formas de preconceitos e discriminações contra os diferentes grupos sociais;
- Fomentar ações e pesquisas na área de Segurança e Soberania Alimentar na perspectiva dos direitos humanos à alimentação adequada e com base agroecológica, incorporando as problemáticas relacionadas à saúde, inclusão social, geração de renda, entre outras.

#### **AÇÕES:**

- Promover rodas de conversa com os diferentes segmentos acadêmicos de assuntos referentes as diversas formas de discriminação social;
- Realização de debates sobre gênero, sexualidade, assédio;
- Promover seminários e palestras nas temáticas que envolvem as ações do Núcleo;

- Criar programa de pesquisa e extensão de educação para a diversidade com a discussão das temáticas foco do Núcleo para jovens de escolas públicas de ensino médio e os estudantes da Universidade.
- Sistematização das experiências para a elaboração de diagnósticos sobre realidades locais, regionais e nacional;
- Realização de produção técnico-científica que integre as diferentes áreas do conhecimento, bem como de contribuições teóricas e metodológicas com a finalidade de subsidiar novos conhecimentos e novas práticas sociais compatíveis com os objetivos do grupo;
- Formação e o aperfeiçoamento de discentes, técnicos e pesquisadores nas ações e pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional na perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada e da soberania alimentar;
- Ações extensionistas para a comunidade em geral visando a geração de renda, a sustentabilidade e a inclusão social;

## **ESTRUTURA DO NÚCLEO**

O Núcleo será vinculado a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis/PROAES. Sua estrutura constará de: Coordenador, Coordenador Adjunto; Assistente Administrativo e Grupos de Trabalho que serão compostos a partir das seguintes temáticas:

### **1.GT de Gênero e sexualidade:**

Tratará da discussão do que é ser mulher na sociedade e sexualidade fomentando a implementação dos objetivos do Desenvolvimento Sustentável em especial o ODS 5 que trata da igualdade de Gênero e todas suas formas de violência. Esse GT, ainda, pauta-se nos estudos de gênero e dos feminismos para estudar o gênero e as sexualidades e seus sistemas inter-relacionados de representação - raça, etnias, experiência, diferença, diáspora, pós-colonialismo, colonialidade, decolonialidade, entre outros eixos conceituais, bem como a partir das divisões que estruturam campos discursivos, estéticos, culturais e geopolíticos. Dessa forma, esse GT pode constituir-se como espaço de pesquisa e enfrentamento de desigualdades sofridas por mulheres, LGBTQI's no contexto da Amazônia, através da contribuição para o respeito as diferentes vivências das identidades, dos corpos e corporalidades. Por isso, esse GT se propõe a colaborar com a reflexão e proposição de políticas educacionais mais democráticas, que

garantam o ingresso e evitem a evasão dos sujeitos sexo-corpo-diversos e apoiem às mulheres que sofrem todo tipo de assédio.

## **2. GT de estudos Indígenas:**

Este GT objetiva o desenvolvimento de estudos, pesquisas e atividades de extensão relativas aos povos indígenas e populações tradicionais, em particular sobre seus saberes tradicionais, condições de vida e seus projetos, através da articulação de professores, pesquisadores e estudantes e em diálogo com as próprias comunidades indígenas. Dessa forma, são temáticas importantes para esse GT a Educação intercultural para a diversidade amazônicas; a Educação para as relações étnico-raciais; os fundamentos e metodologias da educação escolar indígena e as Políticas Públicas da educação superior no contexto da interculturalidade na Amazônia, de maneira a dar maior suporte ao que preconiza a lei 11.654/2008, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura indígena na Educação Básica e a efetivar que a universidade seja espaço democrático das mais diversas epistemologias, refletindo saberes locais como elementos importantes para a identidade amazônica com prioridade para os povos indígenas.

## **3. GT de estudos da cultura africana, afro-brasileira e quilombola:**

Esse GT objetiva atuar com pesquisas, atividades de ensino e extensão com finalidade de assessoria, formação de professores, defesa e divulgação das culturas negras, contra o racismo institucional, por políticas de ações afirmativas e contra a intolerância religiosa as religiões de matriz africana. Busca, ainda, destacar as diversas manifestações da cultura africana e afro-brasileira com consciência política e histórica da diversidade; fortalecimento de identidades e de direitos; ações educativas de combate ao racismo e às discriminações. Esse GT se propõe a contribuir, através de suas pesquisas, com o ensino da história afro-brasileira, da história dos quilombos, da história da África e suas civilizações e organizações políticas pré-coloniais, colônias e pós-coloniais, de maneira positiva, colocando em destaque que a África e os povos de sua diáspora carregam epistemologias profundas e que suas heranças não são de atraso, mas de outras temporalidades, que o atraso e a miséria são frutos do colonialismo e das histórias de opressão sofrida pelos povos africanos e seus descendentes. Dessa maneira, esse GT torna-se espaço de importante contribuição para a educação das relações étnico-raciais e para a implementação da Lei 10.630/2003 que institui o ensino da cultura e história afro-brasileiras e africanas.

#### **4. GT de Direitos Humanos**

A história do desenvolvimento da sociedade humana nos mostra que as transformações da humanidade foram convertendo a educação de um bem de elite, passando pela reivindicação da classe média urbana, até finalmente se constituir como uma necessidade de todos. Da necessidade converteu-se em direito. É um direito humano e um bem fundamental. Direito inalienável e irrenunciável, independente de reconhecimento normativo. Assim, compreendido como direito humano, não tardou para que o direito à educação passasse a figurar nas mais diversas declarações internacionais. Dentre estas, destaca-se a Declaração da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, ocorrida em 1990, onde a partir de uma vasta avaliação das deficiências mundiais na área de educação, esta passou a ser entendida como um direito fundamental de todos, no mundo inteiro, como elemento-chave capaz de contribuir para a conquista de um mundo mais justo, saudável, igualitário e seguro. É neste contexto que este grupo de trabalho, coadunando-se com o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, busca compreender e analisar como a questão da educação, em especial da educação especial, tem sido efetivada no Brasil, com foco específico na Amazônia, a partir das diversas normatizações existentes sobre a temática, realizando um cotejo entre as proposições normativas nacionais e internacionais e a realidade em nossa região e sua correlação com o papel do Ensino Superior. Trabalha ainda com a hipótese de que há uma distribuição desigual de recursos, uma ausência de reconhecimento da importância das populações e dos saberes, que compõem a Amazônia, acrescida da invisibilidade/desrespeito quanto às representações na atual estrutura educacional que perpetua diferenças históricas entre as regiões, caracterizando-se como um processo de injustiça, pautado em um modelo de desenvolvimento baseado exclusivamente no desenvolvimento econômico e concentrado. Desse modo, é necessário revisitar os conceitos de equidades e aplicá-los através de mecanismos de ações e políticas redistributivas em prol do financiamento e gestão democrática da educação na Amazônia, além da garantia do processo de reconhecimento e valoração das representações como mecanismo de emancipação e garantia da efetividade do direito humano à educação, e nesta seara, da educação especial, compreendida como um dos fundamentos de uma sociedade justa. Deste modo, propõe-se nesta linha/GT o debate sobre a efetividade e a garantia do Direito Humano à Educação como uma questão de justiça. Considerando o quadro fático que se desenha na atualidade, a linha trabalha com os conceitos de redistribuição, reconhecimento e representação, como um possível mecanismo de superação, em longo prazo, das desigualdades e exclusões que marcam a região.

#### **5. GT de Infâncias, juventude, educação e diversidade na Amazônia**

Este GT visa realizar estudos e investigações sobre a infância e juventude em diferentes contextos culturais da Amazônia, problematizando o papel que a criança e o jovem ocupa na sociedade e as relações e construções históricas e culturais sobre a infância e juventude que repercutem nos modos de vida e nas relações que esses sujeitos estabelecem nos diferentes contextos educativos. Compactuamos com as afirmações de Prout (2010) de que sabemos muito pouco das relações das crianças com seus pares, das relações das crianças com os adultos, dos sentidos que estas atribuem as suas experiências, das formas como compreendem as relações, as práticas e as suas experiências educativas, enfim, sabemos muito pouco das contribuições das crianças e dos jovens para a sociedade.

Realizar estudos voltados para as especificidades da infância e de jovens que vivem na Amazônia, para os modos de vida e as suas formas de se relacionar no contexto sócio cultural em que vivem. Para tanto nossa proposta visa um diálogo entre diferentes saberes voltados à infância e juventude num processo de interlocução que propicie um entendimento amplo e relacional dos problemas e temas que afligem a infância e a juventude na contemporaneidade. O GT de infância está em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável/ODS, em que a infância aparece como foco de atenção e está envolta pelas questões econômicas, sociais e ambientais apontadas na agenda para o desenvolvimento sustentável.

## **6. GT de Segurança e Soberania Alimentar**

As ações e estratégias de segurança alimentar e nutricional são voltadas ao direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente. Possui como base práticas alimentares que promovem saúde, respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. O princípio crucial para a garantia dessas ações é a soberania alimentar, que diz respeito ao direito dos povos de definirem com autonomia critérios de produção de alimentos. A construção dessas estratégias que permitem a garantia de uma alimentação adequada e saudável de forma justa e solidária tem sido um desafio permanente.

Neste contexto, os sistemas de produção agroecológica se destacam por contribuírem com diversidade biológica e de alimentos. Dentro dessa perspectiva de diversificação da alimentação e resgate do valor cultural do alimento é que o Grupo de Trabalho sobre Segurança e Soberania Alimentar se encaixa nas diretrizes do Núcleo de Educação e Diversidade na Amazônia/NEDAM

## **7. GT de Educação do Campo:**



A história brasileira nos mostra um país que politicamente tem motivado a dicotomia rural X urbano como espaços interdependentes, numa visão urbanocêntrica e que, por esse olhar hegemônico, não dialogam para o desenvolvimento do país, ficando uma área com mais investimento que a outra e, conseqüentemente, pessoas acessando mais direitos que outras; só a cidade então parece ser o melhor lugar para se viver, afinal é onde se tinha estudo, trabalho, boa moradia, energia, equipamentos e etc.

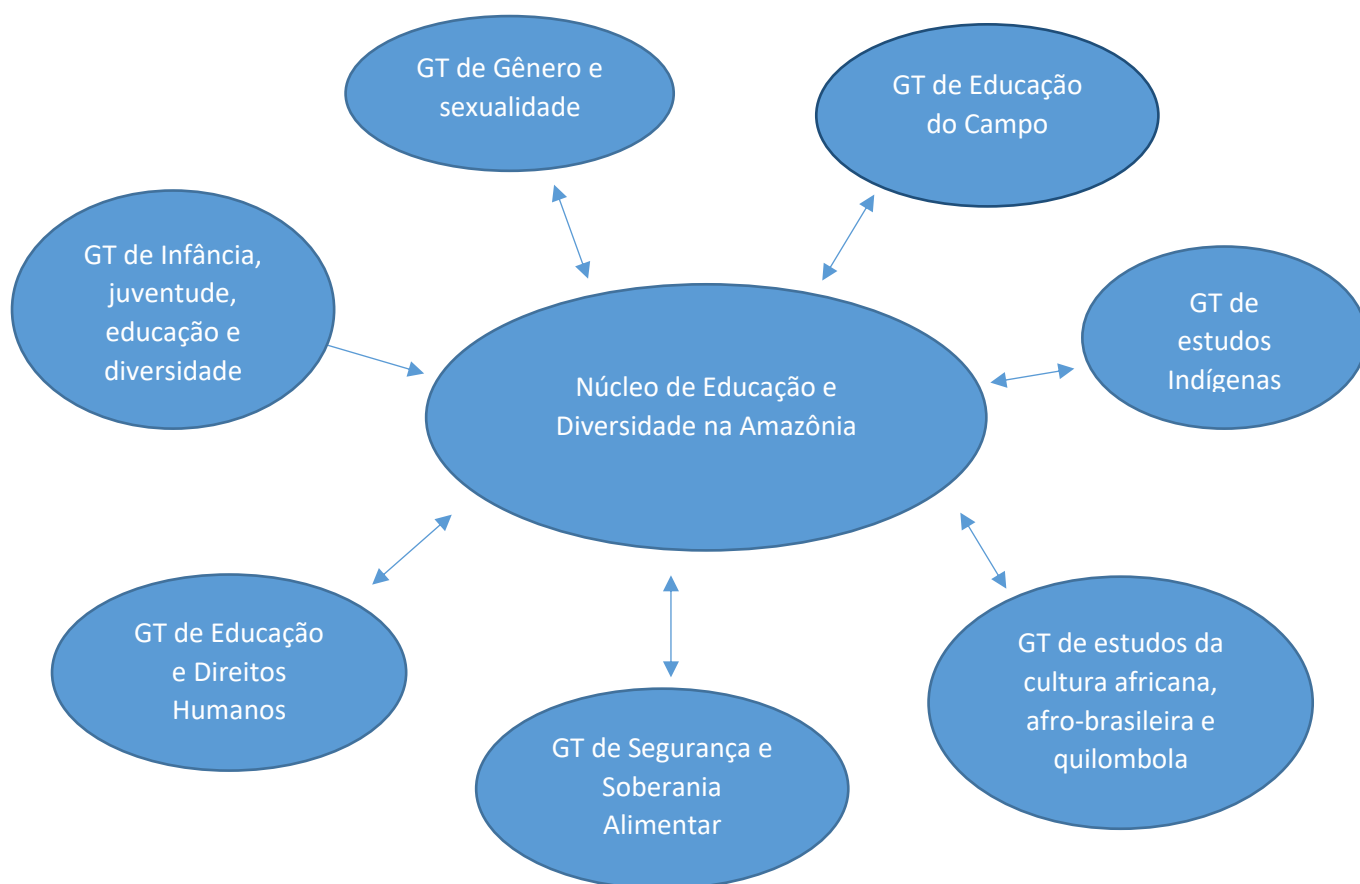
Nesse contexto e somando-se a discussão internacional sobre os Direitos Humanos, a luta pela Reforma Agrária e por direitos adversos, como a educação, eram e são pautas dos movimentos sociais, que discutem uma outra vida para as populações do meio rural, uma vida em que se reconheçam como sujeitos de direitos, percebam seus cotidianos, suas culturas, suas formas de trabalho e de educação. Foi nesse ínterim que na década de 1990 originou-se o Movimento Nacional por uma Educação do Campo, de cunho "político e pedagógico, vem sendo construído por determinados sujeitos coletivos ligados diretamente às questões agrárias" (MUNARIM, 2008, p. 58) e que tem provocado mudanças na legislação e conquistado avanços nas Políticas Públicas. Somam-se a este Movimento, pessoas da sociedade civil, movimentos populares do campo, diversas instituições e universidades públicas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) reconhece o direito à igualdade e à diferença, trata da diversidade sociocultural, mas fala de "adaptação", termo inexpressivo quando se discute no Movimento por Educação do Campo, conteúdos e metodologias, tempos diferenciados de acordo com a realidade local, fases do ciclo agrícola e condições de clima, isto é, uma proposta de rompimento com o projeto que era institucionalizado nacionalmente para o meio rural, de forma verticalizada.

Superando o olhar estanque e excludente da Educação Rural, a Educação do Campo abre um leque de possibilidades dialógicas com territorialidades amazônicas quando amplia e identifica os sujeitos do espaço "Campo" como: agricultores, extrativistas, pescadores, artesãos, ribeirinhos, assentados, acampados, trabalhadores assalariados rurais, quilombolas, caiçaras, povos das floresta, caboclos e todos aqueles que "produzem condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural" conforme Decreto Nº 7.352/2010 que dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Sobre essa Política é importante destacar também o que promulga os Artigos 11 a 16 que tratam da execução do PRONERA, a partir do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que visam qualificação profissional de jovens e adultos com ensinos técnico e superior para atuação desses sujeitos nos próprios locais de moradia com intuito de desenvolvimento local.

Alicerçado a conjuntura esboçada e compreendendo a essência rural de nossa Universidade busca-se com este Grupo de Trabalho a realização de atividades de Ensino e Pesquisa que promovam discussões sobre a Educação do Campo na Amazônia e a aproximação e conhecimento de múltiplas territorialidades com alunos, servidores e público externo e interessados, a fim de acompanharmos o desenvolvimento desse Movimento Por uma Educação do Campo tanto nacionalmente (completou 20 anos em abril) como regionalmente com o Fórum Paraense da Educação do Campo (com mais de 10 anos de existência e em diferentes regiões do Estado do Pará); participando institucionalmente e somando com o debate de uma Educação do campo na Amazônia.

Abaixo apresentamos o desenho do núcleo com os grupos de trabalho que constituirão os seus estudos e práticas.



## REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete; RODRIGUES, Tatiane C.; CRUZ, Ana Cristina J. da. **A diferença e a diversidade na educação**. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n. 2. p. 85-97.

\_\_\_\_\_; LEVCOVITZ, Diana. **Tal Infância. Qual criança?** In: ABRAMOWICZ, Anete; SILVÉRIO, Valter R.(Orgs). Afirmando diferenças: Montando o quebra-cabeça da diversidade na escola. Campinas, SP: Papirus, 2005.

\_\_\_\_\_. **Educação inclusiva. Incluir para quê?** Revista Brasileira de Educação Especial, Marília: UNESP, Vol. 07, n 02, 2001, P. 1-10.

Brasil. **Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024**. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.352 de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Diário Oficial da União - Seção 1- 5/11/2010, Página 1. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/D7352.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/D7352.htm) Acesso em 05/11/2018.

FOUCAULT, Michel. **Os Anormais: curso no Collège de France (1974-1975)**. São Paulo: Editora WMF, Martins Fontes, 2010.

MUNARIM, Antônio. **Trajectoria do movimento nacional de educação do campo no Brasil**. Santa Maria, v. 33, n. 1, p. 57-72, jan./abr. 2008. Disponível em: <http://www.ufsm.br/ce/revista> . Acesso em 05/11/2018.

RODRIGUES, Tatiane C.; ABRAMOWICZ, Anete. **O debate contemporâneo sobre a diversidade e a diferença nas políticas e pesquisas em educação**. Educ. Pesquisa, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 15-30, jan./mar. 2013.

ONU. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 30/06/2018.

Plano de Gestão da Chapa Gestão Transformadora. UFRA, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA-UFRA. **Planejamento Estratégico Institucional da UFRA: 2014 – 2024, outubro de 2014**. Disponível em: <https://www.portal.ufra.edu.br>

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade no século XXI: uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo, Cortez, 2011.

SKLIAR, Carlos. **A educação e a pergunta pelos outros: diferença, alteridade, diversidade e os outros “outros”**. Florianópolis: SC, Revista ponto de vista, nº 05, 2003. (p. 37-49).

United Nations. Report of the Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights. Human Rights Council, Working Group on the Universal Periodic Review Twenty-seventh session, Compilation on Brazil, 2017. Disponível em: [http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/G1704578\\_UNU.pdf](http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/G1704578_UNU.pdf). Acesso em 19 de fevereiro de 2018.